

A Perestroika e a Economia Brasileira

DÉRCIO G MUNHOZ

Nos recentes debates sobre a reestruturação da economia soviética, realizados na Universidade de Brasília, em no mínimo dois aspectos um dos expositores — o economista Tiiu Made, da Estônia — causou surpresas. O primeiro foi em relação às suas conclusões no sentido de que, diante do necessário afastamento da burocracia do Partido Comunista Soviético do comando de decisões econômicas, os economistas é que deveriam passar a responder pelas questões de natureza econômica, sem interferência política. E o segundo foi a incapacidade revelada pelo expositor, de compreender os riscos de desorganização econômica e política, caso a reestruturação não estabeleça uma estratégia adequada para as mudanças dos preços relativos da economia soviética.

E compreensível a aparente fragilidade de informação do expositor em relação ao comportamento de economias de mercado, e sua dificuldade em ingressar em discussões sobre a relação entre preços relativos/conflito distributivo/inflação. Mas a sua ânsia em que a categoria deva assumir o poder — sem votos, logicamente — provocou firmes discordâncias do outro expositor soviético, S. Mikolai, diretor da revista América Latina, que tem uma visão política muito mais aguçada em relação às implicações de medidas de natureza econômica. E foi diante das dificuldades em entender e discutir algumas questões econômicas nas quais a União Soviética não tem experiência passada, mas que estão presentes no quotidiano brasileiro e de todas as economias socialistas, que o prof. Made, em lugar de assumir com humildade um desconhecimento justificável, afirmou ao auditório que tinha pena dos estudantes... “enquanto os professores (debatadores) não abrissem suas cabeças”.

Pobre União Soviética! Pobre perestroika! Se depois de 70 anos de revolução a conclusão é a de que os tecnocratas devem assumir o papel de únicos responsáveis pelas decisões econômicas, sem passar pela representação política, tudo poderá ter significado um sacrifício inútil do povo soviético. Afastar o partido no poder das decisões sobre o que produzir, quanto produzir, é uma imposição da lógica, pois a ausência de sinais de mercado impede a busca de maior eficiência técnica e econômica. Eliminar formas de se submeter a uma discussão política as propostas técnicas, com diferentes alternativas, é passar à ditadura dos tecnocratas, depois que a ditadura do partido se sobrepõe à ditadura do proletariado, dentro da realidade da União Soviética.

Mas a grande descoberta é que, a julgar pela opinião do economista da Estônia, o que ele defende ali é um modelo de controle tecnocrático exatamente igual ao brasileiro,

e que tanto se luta para extirpar. O que dissemos claramente ao expositor (“a economia envolve questões muito sérias, e com amplas repercussões sociais e políticas, para ficar só a cargo dos economistas”), que evidentemente não gostou; e pela sua tréplica certamente julgava encontrar no auditório uma massa de economistas e estudantes ansiosos para assumir o lugar dos políticos. Enquanto esse já é um modelo envelhecido, enfraquecido, desmoralizado e repulsivo, que levou o Brasil à situação presente. Razão porque, diferentemente da falsa informação veiculada por um jornal do Rio de Janeiro, as propostas voltadas para o reinado da tecnocracia não entusiasmaram o auditório. E nem os lances teatrais.

E de fundamental importância assinalar que outro ponto que aproxima os economistas da área socialista em geral com os economistas que assumiram o poder no Brasil, é a dificuldade revelada por ambos os grupos em lidar com os preços relativos, e entender que o custo decorrente desse desconhecimento é a desestabilização econômica.

DESESTABILIZAÇÃO

Desde que inúmeros países socialistas iniciaram reformas econômicas, o fizeram com base em propostas ou recomendações do Fundo Monetário Internacional (inclusive e principalmente a China!). E a linha do Fundo, que infelizmente conhecemos na carne (desde a triste experiência de 1961, que jogou o País na ditadura), tem como fundamento profundas mudanças nos preços relativos: retirada de subsídios a produtos alimentícios; elevação dos preços de produtos industriais aos níveis dos custos, sem esquemas compensatórios; preços de mercado para transporte, habitação; elevação dos juros e mudanças cambiais, etc. É um modelo onde o Estado tende ao “laissez-faire” na economia, restringindo-se ao Estado administrador da ordem pública. E é esse modelo abstrato, implantado ainda que marginalmente, que vem provocando grandes elevações nos preços de itens essenciais ao consumo (mudanças nos preços relativos), com altas taxas de inflação nas economias socialistas, e consequente desorganização econômica e política. O que significa que as mudanças têm de ser cuidadosas, com sistemas de pesos e contrapesos, e não de forma abrupta.

Hoje as condições inflacionárias são caóticas, para os padrões das economias planificadas, em países como a Polônia e Iugoslávia; de difícil controle da China; e preocupantes na Hungria e União Soviética. Tudo pela ausência de políticas compensatórias, pois a tecnocracia ascendente aparentemente não discutiu previamente a necessidade de uma estratégia. Ou, como dissemos ao economista estoniano, ao perguntar sobre qual a

estratégia soviética: não cabe jogar os preços de uma fábrica para cima, para eliminar prejuízos instantaneamente, se o caso é de baixa eficiência derivada de atraso tecnológico; melhor é ter um pouco menos de pressa e investir na modernização (importando máquinas do Ocidente, se necessário), aumentando a produtividade, e assim reduzindo os custos e mantendo os preços finais. Consagrando o atraso tecnológico, a ineficiência, concedendo preços mais elevados em uma economia não competitiva, é o melhor caminho para a desestabilização, além de inibir a melhoria dos níveis de bem-estar da população.

Essa dificuldade em tratar a questão dos preços relativos em verdade não se verifica nos países industrializados do Ocidente; mas ocorre em países em desenvolvimento; que assimilam os dogmas sem discutir os seus fundamentos. Veja-se por exemplo, o caso do Brasil, que nos anos 80 introduziu um processo aparentemente irreversível de desestabilização econômica, na medida em que uma política monetária cega levou à continuada elevação das taxas de juros, por ação direta do Governo, provocando um conflito distributivo selvagem, e consequentemente uma inflação indóvel. Revelando que não se apercebeu de que a política de elevação das taxas de juros só funciona como estabilizador quando — como nas economias centrais — atua apenas como sinalizador, obtendo resposta na economia a partir de pequenas variações, antes de refletir como novo componente de custos de produção.

A conclusão é a de que não podemos questionar os desacertos que vêm sendo cometidos nas economias socialistas, gerando desestabilização econômica, tensões sociais e dificuldades políticas, já que aqui estamos agindo de forma absolutamente idêntica. Com o agravante de que desaguamos a responsabilidade nos déficits públicos, desconhecendo que os déficits são apenas financeiros — derivados da própria política monetária altamente especulativa — enquanto o Governo pouco gasta com custos e investimentos. Desconhecendo ainda que as taxas de juros não se elevam quando o Governo coloca novos títulos públicos, a fim de conseguir recursos para cobrir os custos da especulação financeira; mas sim quando o Banco Central resolve desovar títulos de sua carteira, oferecendo remuneração muito acima dos níveis praticados pelas instituições financeiras, com o único objetivo de elevar as taxas de juros. Donde se percebe que, lá como cá, os desmandos gerados pela “nova classe” estão inviabilizando nações que revelam profundas diferenças entre as suas estruturas econômicas e políticas.

Décio Garcia Munhoz é ex-presidente do Conselho Federal de Economia